



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
Departamento de Desenvolvimento da Educação Superior

REGISTRO DE REUNIAO

Assunto: Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro de 2008, reuniram-se na Sala dos Conselhos da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC na cidade de Florianópolis, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Entre os presentes estavam técnicos do Ministério da Educação, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal da Mesorregião, entre outros movimentos específicos. A abertura da reunião técnica do GT de criação da UFFS foi realizada pelos coordenadores do grupo. Ambos deram boas vindas, fizeram uma leitura breve da pauta a ser cumprida, bem como da condução dos trabalhos.

Em seguida, o Representante do Ministério da Educação Marcos Aurélio Brito passou aos informes gerais com foco no Projeto de Lei de implantação da UFFS e suas fases de tramitação no âmbito do MEC, Ministério do Planejamento e outros órgãos pertinentes. Informou sobre a prorrogação dos trabalhos por mais trinta dias e ainda comentou sobre os diversos pleitos, relativos a implantação da UFFS, interpostos junto ao MEC, dentre eles a interpolação do Ministério Público quanto à definição dos futuros campi sede, por parte deste Grupo de Trabalho. Neste momento houve um pequeno debate a cerca da questão e o Prof. Laffin sugeriu que os membros referendassem a decisão antes tomada e encaminhassem ao MEC todos os pleitos apresentados para que constassem dos autos do processo e subsidiando assim uma futura expansão da UFFS.

Em se tratando dar celeridade do processo a participante Luciane Carminatti faz questionamentos à cerca do primeiro vestibular e da possibilidade de utilização de instalações provisórias para o exercício de 2009. Na mesma linha de questionamento o Vice Prefeito de Cerro Largo, exemplifica através do mecanismo de tutela ocorrido no processo de implantação da UNIPAMPA, e indaga se após definido os campi e o Plano Pedagógico, seria possível implantar também um processo de tutoria da UFSC e da UFSM para os campi da UFFS ainda em 2009. Em resposta o representante do Ministério afirma que não se pretende mais adotar esse tipo de prática, haja vista que a experiência realizada, justamente na UNIPAMPA tem se mostrado tecnicamente complicada, bem como a complexidade das exigências do CNE em relação aos currículos. Ressalta ainda a intenção de aplicar o modelo de concepção da UFABC.

Dando continuidade aos trabalhos, o Prof. Marcos Laffin faz considerações à cerca da real função da comissão e da necessidade de se dar celeridade ao processo, sob pena de terem o projeto “naufragado”, quando da alternância de gestão em 2010. Reconheceu a diversidade entre os membros, percursos sociais e os saberes diferenciados no entanto alerta que o grupo deve

estar imbuído de um único objetivo que é a implantação da UFFS. Relata a experiência da UFSC, e descreve a complexidade do tramite normal para implantação de um curso e ratifica a posição assumida pelo MEC que é a de criar uma instituição que se configure nas novas perspectivas e configurações a exemplo da UFAL e da UFABC. Considera que a comissão deve responder a altura às responsabilidades que lhe foram atribuídas legalmente pelo MEC e que as pressões políticas, devem ficar a margem dos trabalhos.

O representante do Fórum da Mesoregião em Cantuquiriguaçu, pede a palavra e solicita esclarecimentos relativos a designação dos municípios contemplados na primeira etapa de implantação da UFFS e solicita que a decisão seja reconsiderada, haja vista que a população da Região do Sudoeste Paraná, sente-se injustificada por não ter sido contemplada no projeto. Além disso, realiza também o ato de protocolo da referida solicitação junto à mesa da comissão.

A cerca da manifestação deste prefeito, o Prof. Laffin aceita o documento e justifica que a escolha dos municípios foi realizada em consonância com a promessa do Presidente Lula, de implantar essa universidade antes do fim de seu mandato na região do Conesul, e também com os critérios pré-estabelecidos mediante estudos e a mobilização da sociedade civil da região por intermédio dos movimentos sociais participantes do processo, justifica ainda que a comissão decidiu observando os requisitos legais resguardados por força da portaria que a institui e que retomar a discussão pode implicar em destituir a decisão da comissão o que seria um retrocesso.

A representante da Região das Missões – Marlene Stochero, afirma não ter a intenção de retomar as discussões a cerca da escolha dos campi e que sua representação agora visa acompanhar a discussão relativa a definição dos cursos. Outros membros da comissão acusaram o recebimento de pleitos de movimentos interessados em participar do processo inicial de implantação da UFFS. O Prof. Dalvan diz entender que a questão já esteja equalizada, no entanto sugere que se abra espaço para ouvirmos as exposições de motivos dos requerentes ali presentes. Prof. Perin, sugere instruções a cerca do requerimento de impugnação da decisão de escolhas dos Municípios sede da universidade, ao que o representante do MEC, esclarece já ter respondido ao Ministério Público afirmando a legitimidade da comissão para tal decisão. Prof. Laffin concorda com sugestão do Prof. Dalvan, mas afirma que é necessário ter cautela, pois algumas ações visam inviabilizar a implantação da UFFS, enfatiza que os pleitos devem ser encaminhados ao MEC e que a comissão necessita ser firme em suas decisões, a fim de que essas não sejam destituídas. Prof. Tortelli coloca a importância de a comissão responder aos pleitos que lhe são interpostos.

Aberto o espaço para os requerentes, o Prefeito de Laranjeiras, toma a palavra mencionando o acordo firmado com os representantes de Santo Antonio do Sudoeste que o faz legitimado para representar a região. Reconhece a legitimidade da comissão, ratifica a decisão de eleger Laranjeiras como uma das sedes e solicita ainda que a região da Cantuquiriguaçu seja inclusa nesta primeira fase do processo. Invocado pelo Prof. Dalvan, o Prefeito de Santo Antonio do Sudoeste do Paraná vem a argumentar em favor da inclusão desta região no processo, ressaltando que o movimento de forma alguma tem a intenção de fazer retroagir e sim de abrir a possibilidade de ampliar a abrangência inicial do processo, além de reconhece a legitimidade de Laranjeiras já contemplada, assim como Francisco Beltrão. Agradece o espaço concedido e reforça o pedido de reconsideração da decisão. O prefeito de Realeza também argumentando em prol do Sudoeste do Paraná faz a sustentação do pleito, reitera a exposição de motivos, apresenta documentos e relatórios para fundamentar o pleito ora apresentado. E realiza o protocolo de

entrega dos documentos referente ao pleito propriamente dito. Outros prefeitos e vice-prefeitos também endossaram os discursos.

Prof. Laffin sugere que a discussão a cerca desta questão trazida pelos requerentes, seja discutida num momento posterior. Enfatiza que os pleitos devem ser encaminhados para o MEC, a fim de fazer parte do processo e subsidiar decisões quando da expansão da UFFS. Considera mais uma vez que o grupo deve zelar pelas decisões já tomadas. Encerram-se os trabalhos para um intervalo de 15 minutos.

Retomados os trabalhos, o Prof. Marcos Laffin inicia a reunião técnica propriamente dita, sugerindo que a demanda a cerca do debate estabelecido na primeira parte da reunião seja repassada para o Ministério da Educação, juntamente com um parecer da comissão que ratifique a decisão do GT. Ressalta que cabe a autoridades superiores “bater o martelo”, sobre tal decisão.

Aberto espaço para colocações dos membros da comissão a Sr. Luciane Carminati faz o questionamento à cerca do impacto no projeto, no que diz respeito a recursos e cursos, caso as autoridades superiores decidam, por incluir novas unidades nesta primeira fase de implantação. Prof. Laffin esclarece que cabe ao MEC decidir pela inclusão ou não de novas unidades e conseqüentemente pela revisão dos cursos e recursos do projeto.

Atendendo a solicitação da Sr. Marlene Stochero o representante do MEC esclarece a forma como foi estabelecida a distribuição dos cursos entre as unidades de Chapecó, Laranjeiras, Erechim e Cerro Largo. Prof. Perin reconhece a autoridade do MEC, para decidir sobre o debate da ampliação dos municípios contemplados pelo projeto, porém pondera que é importante a comissão posicionar-se sobre o assunto, inclusive no que diz respeito à divisão de recursos do projeto.

Neste sentido o Prof. Gelson Albuquerque enfatiza a necessidade de se encerrar as essa discussão, considerando que outros aspectos também importantes precisam ser deliberados e afirma que a análise dos pleitos ora apresentados abre precedentes para que sempre se esteja retroagindo no processo e sugere que essas decisões sejam proteladas para quando da materialização da instituição. Enfatiza que a comissão já cumpriu a missão que lhe foi atribuída e lembra que o GT deve considerar que a criação de campi com apenas um curso seria por demais onerosa para o sistema.

Prof. Laffin conclui que as falas acumulam condições para se encerrar a discussão haja vista que está será uma das ultimas reuniões do grupo, sendo que a comissão será extinta por decurso de prazo e por ter cumprido sua função. É sabido que o MEC instituirá uma nova comissão composta por especialistas para implementar condições para construção e implementação da universidade. Em seguida o Marcos Aurélio ratifica a fala do Prof. Laffin.

Prof. Tortelli manifesta que é impossível desmembrar a tarefa técnica da tarefa política, para continuidade do processo e condena o posicionamento político da Diretora do DEDES, em manifestar-se contrariamente à decisão dos membros da comissão. Relembrou ainda que o Ministro deu poderes de decisão para comissão, quando do anúncio da UFFS em Brasília. Conclui afirmando que o pleito trazido pelos representantes são legítimos, no entanto, concorda que a discussão deve ser encerrada no âmbito da comissão.

Dáí por diante e até o final da manhã os participantes ainda debateram a cerca dos pleitos apresentados tanto a Comissão quanto ao MEC. Ao fim o grupo decide que todas as decisões tomadas até o momento serão referendadas, e que os requerimentos apresentados serão

encaminhadas ao Ministério sob forma de emenda ao Projeto de Lei, compondo a exposição de motivos do documento.

Retomados os trabalhos após a pausa para o almoço, os membros passaram a uma discussão em torno da extinção deste GT e da implantação da próxima comissão. Prof. Laffin e o Sr. Elton pedem esclarecimentos a cerca do encerramento desta comissão e instalação da próxima. Respondendo a indagação o representante do Ministério esclarece que agora só resta a atual comissão, a elaboração do relatório final dos trabalhos, considerando que este deverá ser emendado dos pleitos apresentados e anexado à exposição de motivos do PL de criação da UFFS.

Sobre a criação da próxima comissão o Marcos Aurélio esclarece ainda que baseada na definição da vocação e dos cursos, serão extraídos da comunidade acadêmica especialistas capazes de elaborar um projeto dentro dos moldes propostos. O prof. Laffin afirma a confiança na decisão do MEC de nomear uma comissão competente para a continuidade dos trabalhos. No entanto sugere que a nova comissão seja assessorada por um grupo com a função de acompanhar os desenvolvimento dos trabalhos e assegurar a validade do trabalho ora concluído.

Daí por diante estabelece-se um debate a cerca das possibilidades de manutenção, extinção e/ou redução deste GT. Desta discussão a coordenação do grupo conclui que a atual comissão deve ceder espaço para um novo grupo continuar o desenvolvimento do projeto, sugerindo também a criação de uma subcomissão concomitante com a comissão técnica, com funções pré-estabelecidas e voltadas para o acompanhamento.

Os representantes dos movimentos sociais ainda posicionam-se preocupados com possibilidade de perderem espaço na próxima etapa do processo e sugerem a manutenção do atual GT, no entanto o representante do MEC sustenta que é necessário que os coordenadores encaminhem um relatório final dos trabalhos realizados até aqui e que o G11 continue a atuar no cenário político a fim de dar celeridade ao processo. O Prof. Tortelli insiste na possibilidade de participação dos movimentos sociais na próxima fase, indicando nomes de representatividade dos movimentos, para comporem a referida comissão.

O Prof. Perin enumera as tarefas de responsabilidade deste grupo dentre elas a continuidade e organização dos movimentos, a negociação com os municípios, a definição dos cursos, a elaboração do projeto pedagógico a elaboração do estatuto/regimento e ainda a mobilização política e conclui defendendo a permanência da equipe, ampliada por especialistas.

Em seguida o Prof. Laffin sugere a retomada da Carta de Florianópolis e a discussão a cerca da definição dos cursos, ressaltando que está etapa deve preceder a apresentação dos modelos que lhes serão apresentados, pois constituem elemento fundamental para conclusão do relatório final.

Iniciada a discussão a cerca dos cursos, os membros apresentam preocupações a cerca da qualidade dos cursos, ao que o representante do MEC esclarece que a proposta de implantação da UFFS obedecerá os padrões pré-estabelecidos pelo REUni. A discussão segue indefinida haja vista que os representantes dos movimentos sociais não conseguiram chegar num consenso geral sobre os critérios que embasariam essa definição, sendo que a representante de Cerro Largo – Marlene Stochero chegou a fazer um exposição da articulação estabelecida em seu município, porém os membros do GII solicitam um pouco mais de tempo para conversarem entre si a cerca do tema. Varias sugestões são interpostas para a definição, dentre elas a interface entre

os municípios e a realização de debates públicos. A certeza que o grupo apresenta é que a vocação aponta para a Agro economia e Sustentabilidade da Região.

Encerrando os trabalhos deste dia o representante do Ministério estabelece a data de 26 de março para nomeação da comissão técnica de implantação da UFFS.

Iniciados os trabalhos deste segundo dia de reunião o Prof. Laffin dá boas vindas ao grupo, cede a palavra ao Deputado Vinhate, que vem manifestar seu apoio ao projeto e comprometer-se em atuar no campo político com vistas a dar celeridade à materialização do projeto.

Em seguida inicia-se a apresentação do modelo de implantação do Pólo de Arapiraca da UFAL, desenvolvida pelo Prof. Rodrigo Ramalho. A referida apresentação envolveu aspectos como estrutura curricular, organograma acadêmico, políticas afirmativas modelo pedagógico e outros. Terminada a apresentação seguiu-se uma sabatina onde os participantes dirigiram inúmeras perguntas ao palestrante que prontamente as esclareceu.

Após essa etapa o Sr. Elton pede espaço para os informes do GII, inclusive o resultado da reunião realizada entre os representantes do movimento no fim da tarde de ontem as quais sejam: A proposta de realização de seminários regionais em 17 de março para articulação no meio comunitário a cerca do projeto. O grupo sugere ainda a realização de um outro evento envolvendo a presença de uma autoridade para entrega do relatório final do grupo. Após os esse informes, inicia a pausa para o almoço.

Retomados os trabalhos a Prof. Adelaide Faljone, inicia sua exposição a cerca da experiência de implantação da UFABC, a apresentação também passa por aspectos como cursos, mobilidade acadêmica, projeto pedagógico, estrutura organizacional e outros. Ao fim da exposição abre-se o espaço para o debate onde os participantes formulam inúmeras perguntas a cerca do projeto apresentado, encerrando esta etapa.

No fechamento da reunião o prof. Elton retoma alguns aspectos discutidos no âmbito do projeto como, por exemplo, a definição do nome da instituição, sobre o qual o mesmo sugere que seja revisto. Além disso discute-se também o fecho do relatório final da comissão. Após alguns instantes de debate o Prof. Laffin declara encerrado a reunião.